

FABRÍCIO MOTTA
VANICE REGINA LÍRIO DO VALLE

Coordenadores

Prefácio
Juarez Freitas

GOVERNO DIGITAL E A BUSCA POR
INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA

A LEI Nº 14.129, DE 29 DE MARÇO DE 2021

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

G721

Governo digital e a busca por inovação na Administração Pública: a Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021 / coordenado por Fabício Motta, Vanice Regina Lírio do Valle. - Belo Horizonte : Fórum, 2022.

242p.; 14,5cm x 21,5cm.

ISBN: 978-65-5518-287-3
Inclui bibliografia.

1. Direito. 2. Direito Administrativo. 3. Direito Constitucional.
4. Direito Público. 5. Direito Digital. 6. Governo Eletrônico.
7. Administração Pública. I. Motta, Fabício. II. Valle, Vanice Regina Lírio do. III. Título

CDD: 341.3

CDU: 342.9

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MOTTA, Fabício; VALLE, Vanice Regina Lírio do (Coords.). *Governo digital e a busca por inovação na Administração Pública*: a Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 242p. ISBN 978-65-5518-287-3.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Juarez Freitas	9
-----------------------------	---

**NUEVAS TECNOLOGÍAS Y BUENA ADMINISTRACIÓN
PÚBLICA (ESPECIAL REFERENCIA A LA LEY BRASILEÑA 14.129
DE 29 DE MARZO DE 2021 DEL GOBIERNO ABIERTO)**

Jaime Rodríguez-Araña	13
Introducción	13
1 La buena administración en la carta europea de los derechos fundamentales de diciembre de 2000.....	16
2 La buena administración en la carta iberoamericana de los derechos y deberes de los ciudadanos frente a la administración pública de octubre de 2013.....	23
3 Buen gobierno, buena administración y nuevas tecnologías	28
4 La buena administración electrónica en los principios de la ley brasileña 14.129 de 29 de marzo de 2021 del gobierno abierto	36
5 Ética, tecnologías y buena administración.....	38
Reflexión Final.....	40

**GOVERNO DIGITAL: MAPEANDO POSSÍVEIS BLOQUEIOS
INSTITUCIONAIS À SUA IMPLANTAÇÃO**

Vanice Regina Lírio do Valle, Fabrício Motta	43
Considerações iniciais	43
1 Opção conceitual ampliada do que seja o Governo Digital.....	46
2 Desafios à implementação do governo digital preconizado pela Lei nº 14.129/2021	49
2.1 Superação da influência ainda presente do modelo burocrático.....	50
2.2 Predomínio de uma visão de controle fiscal.....	53
2.3 Conservadorismo do controle.....	56
Conclusão.....	59
Referências	60

A LEI Nº 14.129/21 COMO FACILITADORA NORMATIVA PARA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E GESTÃO DO CONHECIMENTO NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

Sabrina Nunes Iocken, Rodrigo Guerra Garcia	63
Introdução	63
1 O início da digitalização e os ritmos distintos de utilização pelos entes públicos brasileiros.....	65
2 Transformação Digital (TD)	67
2.1 Transformação Digital no Governo.....	69
2.2 O Governo como líder digital	75
3 Gestão do Conhecimento nas organizações públicas	77
3.1 Redes de Conhecimento.....	80
Considerações finais.....	82
Referências	84

A TRANSFORMAÇÃO DO GOVERNO DIGITAL: DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CONTROLE JUDICIAL DA DECISÃO ADMINISTRATIVA DIGITAL

Rafael Martins Costa Moreira	89
Introdução	89
1 O governo digital e a nova Administração Pública	90
2 Do emprego das novas tecnologias à transformação do governo digital.....	93
3 O desenvolvimento do governo digital para a promoção dos direitos fundamentais.....	100
4 Controle judicial da Administração Pública na era do Governo Digital: diretrizes básicas.....	106
Conclusão.....	111
Referências	112

TUTELA JURÍDICA AUTÔNOMA DO CIDADÃO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS A PARTIR DA LEI Nº 14.129/21

Vivian Cristina Lima López Valle	117
1 Administração Pública Digital e prestação de serviços públicos	117
2 A necessária ressustancialização do conceito e do regime jurídico do serviço público.....	120
3 Incapacidades regulatórias no ambiente de prestação de serviços públicos na Administração Pública Digital.....	122
4 A tutela jurídica autônoma do cidadão na prestação de serviços públicos a partir da Lei nº 14.129/2021	123
Conclusões	128
Referências	129

GOVERNO DIGITAL: CORRELAÇÕES E IMPACTOS DA NOVA LEGISLAÇÃO EM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS – PRESTADORES E TITULARES

Augusto Neves Dal Pozzo	131
Introdução	131
1 O sentido do signo “serviço público” na Lei do Governo Digital e a sua aplicação	132
2 Para uma ressignificação do princípio da eficiência em relação aos serviços estatais prestados à coletividade	136
3 Princípio da universalização dos serviços públicos.....	139
Conclusão.....	140
Referências	141

A LEI DO GOVERNO DIGITAL E OS LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, CIÊNCIA DE DADOS E *BIG OPEN DATA* COMO FERRAMENTAS DE APOIO À AUDITORIA SOCIAL E CONTROLE SOCIAL

André Afonso Tavares, Caroline Müller Bitencourt	143
Introdução	143
1 Governo digital e controle da Administração Pública: a utilização de inteligência artificial, ciência de dados e <i>big open data</i> no setor público	146
2 Laboratórios de inovação e controle social: a aplicação de ferramentas de tecnologia como apoio às auditorias sociais.....	156
Considerações Finais	165
Referências	166

ACESSO À INFORMAÇÃO E SEUS “DOIS MARIDOS”: DUAS LEIS EM UM MESMO TEMA – TRANSPARÊNCIA E TRATAMENTO DOS DADOS PÚBLICOS

Juliano Heinen	171
Introdução	171
1 Primeiras palavras – por que regular as informações públicas?.....	172
2 Segundas palavras – o direito de acesso à informação regulado por duas leis.....	178
3 Derradeiras palavras – a interoperabilidade de dados entre órgãos públicos	181
Referências	183

LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO E A PROMOÇÃO DE UM GOVERNO DIGITAL

Carina de Castro Quirino, Marcella Brandão Flores da Cunha	185
Introdução	185
1 O que são laboratórios de inovação?.....	187
2 Qual o cenário dos laboratórios de inovação do setor público no Brasil?.....	190
3 O que justifica o esforço em definir e estabelecer diretrizes para laboratórios de inovação no setor público na Lei do Governo Digital?.....	192
4 Em síntese: como laboratórios de inovação podem ajudar na mudança para um Governo Digital?	199
Referências	200

O LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE ESTÍMULO PÚBLICO ÀS PARCERIAS CONTRATUAIS ENTRE O ESTADO E AS *STARTUPS*

André Saddy, Horácio Augusto Mendes de Sousa	203
Introdução.....	203
1 A atividade estatal estimulativa à ciência, à tecnologia e à inovação... 205	
2 O regime jurídico do laboratório de inovação e sua natureza instrumental para o estímulo público às parcerias contratuais entre o estado e as <i>startups</i>	211
Considerações finais	218
Referências	219

IMPACTOS DA LEI DO GOVERNO DIGITAL NO CONTROLE EXTERNO

Heloísa Helena Antonácio M. Godinho, Márcio Batista Marinot, Wesley Vaz	221
Introdução	221
1 Controle externo da inovação: uma nova abordagem.....	225
2 LabContas e rede InfoContas	228
3 Novas funções dos Tribunais de Contas proporcionadas pelo LabContas e pela rede InfoContas.....	233
Conclusão.....	235
Referências	236

SOBRE OS AUTORES	239
-------------------------------	-----